



EQUACIONAMENTO DO PPSP (PETROS 1): ASSEMBLEIAS DEFINEM SOBRE NOVO PLANO PETROS, PARTICIPEM!

Ativos, aposentados e pensionistas do Plano PETROS do Sistema Petrobrás (PPSP/PETROS1) vão definir se autorizam o Sindicato a assinar o Termo de Compromisso relativo ao novo plano de equacionamento apresentado pela direção da Petros (NPP)

Diante disso, o PED alternativo, trabalhado no âmbito do Fórum, fica superado pelo NPP (<http://bit.ly/boletimFNP>). Ainda o PETROS 3 é a ameaça e alternativa da Petrobrás para conseguir a quitação das dívidas e a mudança definitiva do Plano PETROS 1 (PPSP) para um plano de contribuição definida (CD), ao invés de benefício definido (BD), em que as responsabilidades das patrocinadoras são maiores.

Sabemos que após o famigerado PED 2015 imposto pela Petros, muitas pessoas passaram a conviver com descontos que as levam até a penúria devido aos valores escorchantes das contribuições cobradas pelo equacionamento. Ainda, que vidas se perderam na falta de perspectiva de uma solução justa.

O Jurídico do Sindicato produziu um parecer (<http://bit.ly/ParecerNPP>) que identificou algumas questões do NPP que merecem uma maior atenção e avaliação por parte dos participantes, como:

1- É prevista uma nova avaliação atuarial, por ter sido considerada a situação de 31/12/2018, o que pode ocasionar variações no valor das contribuições extraordinárias pela utilização de dados mais atualizados;

2- Ao aceitar a proposta, as entidades renunciam, por tempo indeterminado, ao direito de questionar, em futuras ações, quaisquer pontos constantes da Proposta especificados no anexo;

3- Além de renunciar ao direito de judicializar o objeto da Proposta/anexo, há expressa previsão de, acaso judicializada, inclusive na hipótese de eventual descumprimento de seus termos, não haver pedido de liminares em tais demandas, até o trânsito em julgado das eventuais ações;

4- Foi previsto que, na hipótese de não ser possível aprovar a Proposta até o dia 31/12/2019, seja assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a PRE-

VIC, permanecendo vigentes o teor do Termo de Compromisso e Outras Avenças (<http://bit.ly/TermoNPP>), enviado às entidades pela Petros. Caso seja firmado o TAC, a Petros se obriga a dar transparência do seu teor aos participantes, assistidos e às entidades.

ESTUDO COMPARATIVO: NPP X PED15 + PED18

Agnelson Camilo, diretor do Sindipetro PA/AM/MA/AP e da FNP, elaborou um estudo comparativo do NPP (<http://bit.ly/ComparativoPED15PED18>) em relação aos planos de equacionamento PED-2015 e o PED-2018. Entre outros pontos ele chama atenção e destaca que “o Novo Plano Petros (NPP), que será submetido às assembleias e que substituirá o PED15 e PED18, só será vantajoso para os assistidos que ganham acima de R\$6mil. Para quem ganha abaixo desse valor, as perdas serão significativas. Quanto menor o benefício recebido da Petros, maior a perda com o NPP” – explica. Segundo Agnelson, o NPP teria uma premissa básica, suavizar os descontos extraordinários. “Concordamos que esse objetivo será atingido para uma parcela grande do plano. No entanto, essa solução não pode prejudicar, e de forma insuperável, uma parcela dos demais assistidos. Portanto, não podemos indicar a assinatura do Termo de Compromisso, da forma como está.” Para outras informações acesse <http://bit.ly/ConselheirosBlog>.

HOJE (3) ÀS 14h PALESTRA DO PRESIDENTE DA PETROS NO SINDIPETRO-RJ

Nesta terça (3), a partir das 14h, no auditório do Sindipetro-RJ, durante a reunião dos Aposentados e Pensionistas, será realizada uma palestra que contará com a presença do presidente da Petros, Bruno Dias, numa apresentação para tirar dúvidas sobre o NPP.

CALENDÁRIO DE ASSEMBLEIAS

TERÇA	03/12 - 14h	APOSENTADOS - RJ
QUARTA	04/12 - 12h30	EDICIN / EDIHB
QUARTA	04/12 - 14h	APOSENTADOS - ANGRA
QUARTA	04/12 - 16 e 18h	AV. PASSOS, 34 - PARA QUEM ESTIVER DE FOLGA OU NÃO POSSA PARTICIPAR DO CALENDÁRIO DAS ASSEMBLEIAS
QUINTA	05/12 - 7h	TABG / TEBIG
QUINTA	05/12 - 11h30	CENPES
QUINTA	05/12 - 12h30	SENADO / EDISE
QUINTA	05/12 - 16h	AV. PASSOS, 34 - PARA QUEM ESTIVER DE FOLGA OU NÃO POSSA PARTICIPAR DO CALENDÁRIO DAS ASSEMBLEIAS

VOTAM SOMENTE OS PARTICIPANTES DO PPSP/PETROS1

REGRAMENTO DA PLR E TABELA DE TURNO DAS REFINARIAS: ENROLAÇÃO DA EMPRESA

Depois de 3 semanas de atraso, direção da Petrobrás trava o debate e impõe restrições aos trabalhadores

10:00 - 11:00	4	6	6	5	5	4	4	6	6	5	3	4	6	6	5	4	5	4	6	6	5	4	5	4	6	5	5	4	4	6	6
11:00 - 12:00	6	4	6	5	5	6	4	4	6	5	5	4	4	6	5	6	5	4	6	4	5	6	5	4	4	5	5	4	6	4	6
12:00 - 14:20	7	6	7	7	9	7	9	6	7	7	8	7	9	7	5	9	8	7	7	9	5	9	8	5	7	9	9	7	6	7	
14:20 - 17:00	5	4	3	3	5	5	5	4	3	3	5	4	5	5	3	3	5	4	3	5	5	3	5	4	3	3	5	5	5	4	3
17:00 - 18:00	9	6	5	7	9	9	9	6	5	7	9	6	9	9	5	7	9	6	5	9	9	7	9	6	5	7	9	9	9	6	5
18:00 - 23:00	7	5	5	6	6	6	7	5	5	6	6	5	7	7	5	6	6	4	5	7	7	6	6	4	5	6	6	7	7	5	5
23:00 - 24:00	3	3	3	2	2	2	3	3	3	2	2	3	3	3	3	2	2	2	3	3	3	2	2	2	3	2	2	3	3	3	3

Durante a reunião de negociação nesta sexta-feira (29), a gestão de RH da Petrobrás apresentou um novo regramento para o pagamento de PLR, bem rebaixado em relação ao apresentado em 2018, e que na prática extingue a PLR, abandona toda construção histórica sobre o tema, divide a força de trabalho (privilegiando os que possuem função gratificada) e desatrela seu valor do lucro líquido da companhia, estabelecendo um teto de uma remuneração por empregado.

Diante disso, a FNP defendeu o resgate do que já existe acumulado sobre o tema (relação piso/teto, atrelamento ao lucro líquido, etc...) e se comprometeu a enviar uma contraproposta para a empresa.

TABELA DE TURNO

Sobre a Tabela de Turno, a empresa se negou a estabelecer um prazo para a consulta às bases, encerrou as negociações e definiu que irá iniciar a votação das novas tabelas a partir do dia 7 de dezembro. A empresa também não se posicionou quanto a apresentar solução para o possível passivo trabalhista que o tema pode gerar.

Ainda na mesa de negociação, a FNP ressaltou a

importância dos trabalhadores participarem do processo de construção ou alteração de qualquer tabela, principalmente os trabalhadores que serão atingidos pelo efeito da implantação da nova tabela de turno, uma vez que o trabalho de turno é penoso, sobretudo, realizado em condições insalubres e perigosas, muitas vezes afetando até as condições de saúde mental do trabalhador.

ENROLAÇÃO

Nesse contexto, vale lembrar que nas últimas negociações, em todas as mesas, a direção da Petrobrás tem utilizado um falso argumento de que a negociação da PLR teria que fechar até o final do ano para valer no ano seguinte. Veja por si que no acordo do BB, (<http://bit.ly/PLR-BB1819>) a assinatura e o pagamento se dão no mesmo ano.

É necessário ficar claro para a categoria que, mais que nunca, esta direção atual da empresa não quer negociar, apenas impor.

Somente a conscientização da categoria poderá reverter todo esse jogo.

PDO DA BR DISTRIBUIDORA TERÁ NOVA AUDIÊNCIA

Ministério Público do Trabalho cobra alterações de critérios no processo demissional da BR PRIVATIZADA

A direção da BR Distribuidora conseguiu derrubar na Justiça a liminar que impedia a realização do seu Programa de Demissão Optativa (PDO), que tem por objetivo reduzir em 30% seu quadro de funcionários. A decisão foi do desembargador relator do caso, Marcos Pinto da Cruz, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 1ª Região.

Apesar desta vitória da empresa, o Sitramico-RJ informa que a BR Distribuidora não pode encerrar o PDO, pois na próxima sexta-feira (6) ocorre uma audiência no TRT que contará com a presença do Ministério Público do Trabalho.

Ainda na sexta (28/11), durante uma audiência, a juíza responsável pelo processo solicitou que não fosse efetivado qualquer pagamento relativo ao PDO até que alguns critérios fossem alterados no programa demissional a pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do sindicato.



OS DELÍRIOS AUTORITÁRIOS DE PAULO GUEDES E SEUS ATAQUES AOS PETROLEIROS



O Sr. Paulo Guedes, ministro da Economia do governo Bolsonaro, declarou na segunda-feira (25) que demitiria os petroleiros que realizaram greve caso a Petrobrás fosse uma empresa privada. A declaração foi dada em uma entrevista, concedida nos EUA, e disse ainda que não poderíamos nos surpreender com a defesa de um novo AI-5 se as mobilizações que sacodem a América Latina chegassem ao país.

O Sr. Paulo Guedes, não custa lembrar, ajudou ativamente o ditador chileno Augusto Pinochet, sendo um banqueiro investigado por enriquecimento ilícito e fazendo parte dos setores mais gerais que também participaram da corrupção da época petista e que, provavelmente, participam de uma corrupção ainda maior agora.

O Sr. Paulo Guedes defende uma ditadura patronal ainda mais violenta, arruina a economia brasileira e deixa claro que não apenas demitiria petroleiros em greve, em uma hipotética Petrobrás privatizada, mas também coordena um esforço intensivo de preparação de demissões em massa de petroleiros, “esquecendo-se” que os petroleiros geram um lucro gigantesco. Certamente Guedes “esqueceu” também que quem denunciou irregularidades ou potenciais irregularidades sofreu assédio moral e foi punido dentro da Petrobrás.

O Sr. Paulo Guedes também “esqueceu” que não foram os trabalhadores comuns que definiram o esquema de corrupção na Petrobrás, os quais, aliás, nem podem participar das decisões da empresa, sendo uma

bandeira do Sindipetro-RJ que a gestão da companhia seja democratizada, envolvendo o conjunto dos trabalhadores.

Não podemos deixar de lembrar da greve ocorrida durante o governo petista. Especialmente, da greve de 2015, que, embora tenha sido mais uma boicotada pela FUP, foi a maior greve petroleira desde a histórica greve de 1995. Infelizmente, ainda não eclodiu uma greve ainda mais forte, fazendo jus ao que exige o cenário em que vivemos. É importante destacar que o medo de uma greve por conta de afirmações do tipo destas do sinhô Paulo Guedes não se justifica, porque a promessa de desemprego deste governo é inevitável: a Petrobrás está sendo barbaramente destruída. Sem mobilizações, ficaremos sem emprego num país em cacos, de uma forma ou de outra.

RUSSOS NÃO QUEREM FAFENs POR CONTA DA INSTABILIDADE NA BOLÍVIA

A close-up photograph of a yellow sign with the text "GÁS NATURAL" and a black arrow pointing to the right.

Na Bolívia, o setor produtivo ainda sofre as consequências da recente crise política. Segundo o Valor Econômico, desde o rompimento do gasoduto Carrasco-Cochabamba, que abastece também Oruro e La Paz, em 12 de novembro, o fornecimento de gás natural para o oeste do país foi interrompido, levando a produção industrial a cair 50%.

O rompimento afetou o mer-

cado local e acendeu um alerta sobre a capacidade de atender o mercado externo. A exportação para Brasil e Argentina ainda não foi prejudicada, mas houve desistência de negócios diretos com o governo boliviano, diz o texto.

Na semana passada, a Petrobrás rompeu negociações para a venda de duas fábricas de fertilizantes (FAFENs) para a russa Acron. Os russos comprariam diretamente da Bolívia o gás

para a fabricação dos fertilizantes. Ainda, segundo o jornal, as incertezas políticas contribuíram para o fracasso do negócio.

Imaginem o impacto no programa de saque das riquezas nacionais na América Latina, pelas “instabilidades” verificadas, por exemplo, em países como Chile, Equador e Colômbia, em que a população resiste aos planos imperialistas de “austeridade”.

TST APLICA MULTA A PEDIDO DA PETROBRÁS E TENTA INVIABILIZAR ATIVIDADE SINDICAL

Em uma clara tentativa de asfixiar e inibir a prática sindical, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, atendendo um pedido da direção da Petrobrás, aplicou uma multa desmedida à Federação Única dos Petroleiros (FUP), determinando que seus sindicatos filiados paguem o valor de R\$ 32 mi.

A punição acontece após a realização de uma greve que não afetou a produção da Petrobrás, entre os dias 25 e 26 de novembro. Além de punir pela greve, o ministro estipulou o valor de uma multa de R\$ 2 mi por dia de paralisação cobrado de cada um dos nove sindicatos filiados à FUP (Norte Fluminense, AM, SP, CE/PI, RN, BA, PE/PB, PR e RS) e da própria Federação. E ainda determinou, na impossibilidade do pagamento do valor total arbitrado, o bloqueio de R\$ 5,826 mi encontrados em 26 contas bancárias dessas mesmas

entidades, transferindo esse valor para uma conta judicial.

Ainda faltando R\$ 26,171 mi para atingir o total da multa aplicada, Gandra determinou que a Petrobrás repasse direto para a conta judicial as mensalidades dos sindicatos descontadas nos contracheques de seus empregados sindicalizados.

Assim, o TST mostrou que diante deste governo o direito de greve é cerceado e a atividade sindical é submetida a multas escorchantes com o claro objetivo de conter qualquer mobilização.

O Sindipetro-RJ destaca que as greves pertencem à classe trabalhadora e não a uma de suas camadas parciais ou organizações específicas. Muito menos pertencem ao governo, ao judiciário ou aos mecanismos do capital para esmagar aqueles dos quais este sistema excludente inexoravelmente depende. Neste contexto, não podemos

deixar de fazer um balanço sobre o que foi nossa campanha de ACT, as dificuldades deste momento e a política equivocada levada a cabo pela direção da FUP ao não participar da greve unitária e legal construída para o final de outubro.

Diante deste desfecho, o Sindipetro-RJ pretende incentivar o debate sobre o balanço da campanha e a reorganização do movimento. A conjuntura no sistema Petrobrás e do Brasil, diante dos ataques de Bolsonaro, Guedes e Castello Branco, exige uma avaliação mais precisa e novas dinâmicas a partir dos fatos que a cada dia surgem com o programa de desmonte da Petrobrás e a retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros com a aplicação do receituário neoliberal. Somente com a consciência de nosso papel enquanto categoria e trabalhadores, conseguiremos oportunidades de ganhos reais.

PNG 2020-2024: O FIM DA EMPRESA INTEGRADA DE ENERGIA

APetrobrás anunciou, na quinta-feira (28/11), uma redução de 10% na previsão de investimentos para cinco anos em seu Plano de Negócios 2020-2024, e decidiu priorizar ainda mais os recursos na exploração do Pré-Sal, mantendo o ritmo de venda de seus ativos. O novo PNG 2020-2024 traz uma projeção de investimentos de US\$ 75,7 bilhões (cerca de R\$ 322 bilhões, na cotação atual), dos quais 85% serão destinados à exploração e produção de petróleo.

O documento considera preços de petróleo mais baixos do que os atuais: US\$ 50 por barril nos próximos cinco anos e US\$ 45 no longo prazo. Ainda, segundo o texto, a empresa espera colocar em operação 13 novos sistemas de produção de petróleo – que incluem plataformas e equipamentos submarinos. Em 2024, a meta é atingir a produção de 3,5 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás) por dia, crescimento de 30% com relação à meta de 2019.

Para 2020, a companhia não espera aumento de

produção, diante de perdas de volumes com o declínio natural de campos mais antigos e concentração de paradas para manutenção de plataformas durante o ano. No novo Plano Estratégico, a Petrobrás passa a considerar um conceito de “produção comercial”, que exclui da conta os volumes de gás que são reinjetados nos poços, consumidos em suas instalações ou queimados - diz o texto.

No final das contas, a intenção desta gestão é jogar a pá de cal no conceito de uma empresa integrada de energia. O sonho de Castello Branco é retirar da Petrobrás toda sua capacidade de refino, distribuição e logística, promovendo um desmonte que afeta sobremaneira a soberania do Brasil e gera desemprego, vide o que acontece com a BR Distribuidora que hoje promove terror contra seus empregados, tornando real o fantasma do desemprego para mais de 3 mil pessoas.

O novo PNG, totalmente na contramão das grandes empresas do setor, usa e abusa do mito da Petrobrás quebrada para, de fato, quebrá-la.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
☎(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎(21)3034-/7307/7337

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Designer Gráfica:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.500